

AGENDA

Reunião de
aposentados
e pensionistas
26/9 e 24/10!

CONDSEF
SINTSEF 25 Anos
CUT

Mala Direta Postal
Básica

9912242779/DR/CE
SINTSEF

CORREIOS

ANO XXV | EDIÇÃO 269
AGOSTO/SETEMBRO 2014

SINDICATO DOS TRABALHADORES DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL NO ESTADO DO CEARÁ | Fundado em 16/04/1989, no 1º Congresso Estadual da Categoria

O que você faz por um Brasil melhor?

Até onde as eleições
correspondem ao
nosso momento de
responsabilidade política
(PÁG 2)

Criação do Instituto
Nacional de Saúde
Indígena é terceirização
e extinção da SESAI
(PÁG 5)

Justiça anula
provisoriamente decisão
liminar que suspendia
aumento da Capesaúde
(PÁG 7)

Paridade e fim da
contribuição dos inativos
são palavras de ordem de
aposentados
(PÁG 8)

fala aí

Editorial

A responsabilidade política além do voto

As eleições parecem que já fazem parte das discussões de todo e qualquer brasileiro. Com a aproximação da data do 1º turno, dia 5 de outubro, e a veiculação dos programas dos diversos candidatos, a política acaba entrando nos nossos lares, trabalho, igreja, mesa de bar. Cabe, então, o exercício de perguntar: que política é essa? Ou, dito de outra forma, qual política queremos?

Ora, o direito de votar e de ser votado deve ser respeitado e honrado por todos os trabalhadores. Muitos deram sua vida para que pudéssemos exercer nossa cidadania desta forma. É fundamental para a democracia escolhermos presidente, governador, senador e deputados. Mas, veja bem: a nossa participação política não acaba aí. Ao contrário, é justamente no voto que ela começa.

Não basta elegermos quem nos represente. É preciso fiscalizar os atos

destas pessoas e cobrar delas o que foi prometido. E outra coisa fundamental: política não se faz só de dois em dois anos, em meio às eleições. Ela se faz no dia-a-dia, em nossas ações práticas, em nossos vários ambientes de convivência social. Como no sindicato, por exemplo.

Não pense que basta “votar bem” para resolver

nossos problemas. Os governos só funcionam a nosso favor com muita pressão social, mobilização, com nosso grito nas ruas. Não elegemos um “pai” ou uma “mãe”, cheios de bondade, que atenderão nossas reivindicações com uma canetada. Vários grupos sociais disputam a atenção de um governo. Nossa

categoria é só mais uma para entrar na fila.

Por isso, esqueça a lógica da acomodação. Vamos procurar fazer política além das eleições, participando, debatendo e lutando para que nossos sonhos tornem-se conquistas concretas.

Direção Colegiada



ARI VALDO

O Jornal do SINTSEF/CE é uma publicação mensal de responsabilidade da Direção Colegiada do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Estado do Ceará.

Jornalista responsável: Luciana Barroso JP CE 2117 | **Tiragem:** 10 mil exemplares | **Impressão:** Expressão Gráfica | **Editoração:** EdStudio Graphic Design.

As matérias assinadas não refletem, necessariamente, a opinião da entidade.

Expediente

DIREÇÃO COLEGIADA

GERAL

Luciano de A. Filgueiras Filho
Luís Carlos de Alencar Macêdo

FORMAÇÃO POLÍTICA E SINDICAL

Ana Maria Parente
Francisco Ernaldo de Carvalho
Onidracir Ribamar do Rosário

FINANÇAS

Francisco Teles da Silva
José Valmir Braga

SÓCIO-CULTURAL E MOVIMENTOS POPULARES

Anna Lúcia Costa
Fca. Constância de Souza
Jucilene Viana de Sousa

COMUNICAÇÃO

Artur Camurça Torres
Raimundo Joacir M. de Sousa
Vera Lúcia Cândido de Oliveira

JURÍDICA

Edmundo Coutinho de Andrade
Adriano Duarte Fernandes
José Arteiro da Silveira

SAÚDE DO TRABALHADOR

José Gabriel Ramos
Flávio Inácio de Lima

APOSENTADOS E PENSIONISTAS

Carlos Eugênio Pereira
Francisco Oliveira Duarte
José Ataíde de Figueiredo

ADMINISTRATIVA

Francisco Gonçalves Vieira
José Amorim Neto

ORG. E SINDICALIZAÇÃO

Fco. de Assis Lopes Bezerra
José Cleiton Ferreira da Silva
José Valmir Soares de Sousa

CONSELHO FISCAL

Alfredo Moreira, Álvaro de Oliveira, Enoque Assis de Lima, José Guedes de Araújo Neto, Ribamar dos Santos Lima, Fco. Alves Barbosa II, Mozart Ramos de Abreu Filho

por dentro

CONHECENDO O SINTSEF/CE | Reiniciamos a série que apresenta a nossa entidade

Na direção colegiada ou nas delegacias, quem é quem no sindicato

Em meados do ano passado iniciamos uma série de notícias para apresentar o SINTSEF/CE. A proposta dizia: “A cada edição falaremos um pouco mais sobre as pessoas e locais que compõem o SINTSEF/CE”. No entanto, com a necessidade de repassar outras

informações e o curto espaço do jornal, não concluímos o “raio x” completo de nossa entidade.

Já foram apresentados, o Conselho Fiscal e as diretoras mulheres (edição 261, maio/junho de 2013), delegacias sindicais do Cariri e Centro

Sul (na mesma edição), os dois coordenadores gerais (edição 262 de julho/agosto de 2013) e os diretores com o nome iniciado por José (edição 263, setembro/outubro de 2013), em uma brincadeira com a música “Como tem Zé na Paraíba”, de Jackson do Pandeiro.

Retomamos a série e, neste jornal, apresentaremos os 12 coordenadores restantes, bem como as delegacias do Maciço de Baturité e dos Três Climas. As demais delegacias serão retratadas nas próximas edições, acompanhe.

FRANCISCO TELES DA SILVA é servidor aposentado do Ministério da Defesa e ocupa uma das vagas de coordenador de finanças. Filiado desde 3 de maio de 1989, foi um dos fundadores do SINTSEF/CE, através da Comissão pró-sindicato, reconhecida como embrião da entidade. Já participou de diversas gestões.



RAIMUNDO JOACIR MOREIRA DE SOUSA é coordenador de comunicação em sua primeira participação como direção do sindicato. Filiado desde julho de 89, Joacir, servidor do Dnocs, é ativo na luta pela reestruturação de seu órgão e pelas demais bandeiras do serviço público federal.



EDMUNDO COUTINHO DE ANDRADE ocupa pela segunda vez consecutiva vaga na coordenação jurídica. Filiado ao SINTSEF/CE desde agosto de 1990, o diretor é conhecido por sua presteza no atendimento aos filiados, especialmente da Funasa (seu órgão de origem) e Ministério da Saúde.



CARLOS EUGÊNIO PEREIRA SOARES é servidor da Funasa em Canindé e coordenador de aposentados e pensionistas. Atua como professor do Projovem e desenvolve trabalhos pastorais da Igreja Católica. Já participou de outras gestões nas coordenações: geral, jurídica e formação política.



FRANCISCO ADRIANO DUARTE FERNANDES, é servidor do Ministério da Saúde e jornalista. Estudou o SINTSEF/CE amplamente para elaboração de um livro reportagem que apresentou como trabalho de conclusão de curso. Atualmente é um dos coordenadores jurídicos da entidade.



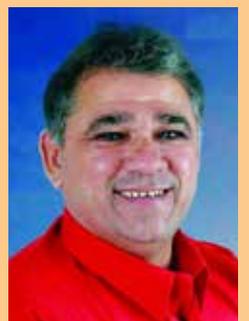
FRANCISCO GONÇALVES VIEIRA, é coordenador administrativo pela segunda vez consecutiva. Ingressou no serviço público em 84, concursado para a Superintendência de Campanha de Saúde Pública (Sucam). Hoje é servidor da Funasa e filiado ao sindicato há 23 anos.



JOSÉ GABRIEL RAMOS, servidor do Ministério da Saúde, ocupa a vaga de coordenador de saúde do trabalhador. Natural de Sobral é filiado do SINTSEF/CE desde dezembro de 1991. Gabriel já fez parte de outras gestões, na direção colegiada e também como delegado sindical de base.



FRANCISCO ERNALDO DE CARVALHO ocupa o cargo de coordenador de formação política e sindical. É servidor do Ministério da Saúde na região Centro Sul do Estado, em Jucás, onde também atua como radialista e membro do diretório municipal do Partido dos Trabalhadores (PT).



FRANCISCO FLÁVIO INÁCIO DE LIMA, filiado ao SINTSEF/CE desde 93, é servidor do Ministério da Saúde e coordenador de saúde do trabalhador. Participa pela primeira vez da direção colegiada, onde defende a necessidade da discussão permanente do tema da coordenação da qual é membro.



FRANCISCO DE ASSIS LOPES BEZERRA, trabalhador do Incra e coordenador de organização e sindicalização, faz parte dos quadros do SINTSEF desde 94. É ativo na luta pela Reforma Agrária, vivenciando a realidade dos assentamentos em seu dia-a-dia de trabalho.



FRANCISCO OLIVEIRA DUARTE é coordenador de aposentados e pensionistas. Mais conhecido como “foguet”, apelido herdado de um irmão, é servidor aposentado da Funasa. Filiou-se ao sindicato em 16 de abril de 1996, no aniversário de 7 anos da entidade.



RAIMUNDO CLAUDIONOR DA COSTA é conhecido mesmo como Pará, pelos 25 anos que viveu naquele estado. Hoje é servidor do Ministério da Saúde mas outrora foi da Sucam, tendo atuado em zona de garimpo, tratando pessoas afetadas pela malária. Pela Funai, trabalhou no Xingu, com as aldeias Kaiapós.



DELEGACIAS SINDICAIS | Na serra, no mar ou no sertão, tem sempre o sindicato por perto



As delegacias mais próximas da sede do SINTSEF/CE são a do Maciço de Baturité e dos Três Climas.

A primeira tem sede no município de Baturité, pé da serra de mesmo nome e seu atendimento abrange os municípios de Aracoiaba, Aratuba,

Capistrano, Baturité, Barreira, Itapiuna, Ocara, Redenção, Acarape, Pacoti, Palmácia, Mulungu, Guaramiranga, Pacatuba e Guaiúba. Foi fundada em 14 de setembro de 1997, sendo a 4ª mais antiga de nossa estrutura.

Já a delegacia dos três climas, como diz o



nome, está “na serra, no mar e no sertão”, sua sede fica em Itapipoca, a aproximadamente 135 Km de Fortaleza. É a mais nova delegacia do sindicato, fundada em 2009, acolhendo, além do município sede as cidades de Paracuru, Paraibaba, Pentecoste, Apuiarés, General

Sampaio, Tejuçuoca, Itapagé, Umirim, São Luis do Curu, Trairi, Tururu, Uruburetama, Amontada, Miraima, Acaraú, Marco, Cruz, Bela Cruz, Jijoca de Jericoacoara, Morrinhos, Itarema e Paramoti.

Confira abaixo os coordenadores das referidas delegacias.

COORDENAÇÃO DA DELEGACIA SINDICAL DO MACIÇO DE BATURITÉ 2013/2016

Coord. Geral: **Eliezer da Silva** (MS)
 Coord. Administrativa: **Antônio Matias da Silva II** (MS)
 Coord. de Finanças: **Antônio Venâncio Geracino Ramos** (MS)
 Coord. Jurídica: **Valdemar Cipriano de Sousa Filho** (MS)
 Coord. de Formação Política e Sindical: **Antônio Guedes de Araújo** (MS)
 Coord. de Aposentados e Pensionistas: **Antero Leal Dantas Neto** (FUNASA)
 Coord. de Comunicação: **José Ribeiro de Lima** (MS)
 Coord. Sociocultural e Movimentos Populares: **Pedro Antônio da Silva** (MS)
 Coord. de Organização e Sindicalização: **Francisco Paulo da Silva** (MS)
 Coord. de Saúde do Trabalhador: **Maria do Socorro Pires Gomes** (FUNASA)

SUPLENTES:

Flávio Augusto Lopes Cunha (MS)
José Mauro Candido da Costa (MS)
Maria de Fátima Adelino Queiroz (MS)

COORDENAÇÃO DA DELEGACIA SINDICAL DOS TRÊS CLIMAS 2013/2016

Coord. Geral: **Rdo Wellington Lino dos Santos** (MS)
 Coord. Administrativa: **João Dehon de Lima Gomes** (MS)
 Coord. de Finanças: **João Bosco Marques** (MS)
 Coord. Jurídica: **Jose Arlindo Lopes de Vasconcelos** (DNOCS)
 Coord. de Formação Política: **Maria Saraiva Ferreira** (DNOCS)
 Coord. Aposentados e Pensionistas: **Marta Célia da F. Vasconcelos** (Fun)
 Coord. de Comunicação: **José Rilenilson Alves Arruda** (MS)
 Coord. Sociocultural e Movimentos Populares: **Pedro Lira Pessoa** (Fun)
 Coord. de Organização e Sindicalização: **Francisco Pinto Cesar** (MS)
 Coord. de Saúde do Trabalhador: **Francisco das Chagas Rios Neves** (Fun)

SUPLENTES

Ângelo Roncali Sousa Santos (MS)
Gerardo Muniz Matias (MS)
José Mário do Couto (MS)

movimento

INSI | Inconstitucional e tirana proposta para a saúde indígena

Servidores e comunidade indígena rejeitam criação do INSI

Em meados de agosto, os servidores que trabalham com saúde indígena, atribuição da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), do Ministério da Saúde, foram surpreendidos com a proposta de criação de um Instituto que, dentre outras competências, seria o novo responsável pela área.

Oficializada em 28 de agosto, a proposta do governo chama-se Instituto Nacional de Saúde Indígena

(INSI), em outras palavras, terceirização do trabalho e, conseqüentemente, extinção da SESAI.

Em nota, o Ministério Público Federal (MPF) afirma que o modelo fere diretrizes da lei ao transferir a execução da saúde indígena do SUS para entidade de direito privado. O Grupo de Trabalho e Saúde Indígena do MPF informa que o instituto “não cumpre as promessas que ele anuncia”.

No Ceará

Além de prejudicar os servidores, o projeto compromete os povos indígenas. Por exemplo, apenas 3 membros do conselho deliberativo do INSI, de um total de 13, seriam indicados pelas organizações indígenas. Consulta aos Conselhos Distritais de Saúde Indígena escondeu informações relevantes.

Como a proposta precisa

de aprovação no Congresso Nacional, a ordem é mobilização. Neste sentido, os servidores da SESAI no Ceará reuniram-se no dia 2 de setembro e, dentre outras coisas, aprovaram a criação de uma força tarefa no Congresso Nacional pela rejeição do INSI, o fortalecimento dos Distritos Sanitário Especial Indígena (DSEIs), concurso público e implantação imediata das gratificações.

NOVO GOLPE | Sistema Único de Trabalho

Sem discussão e sorrateiramente, SUT chega como ameaça ao trabalhador

Falta de pessoal, péssimas condições de trabalho, prédios sucateados, tecnologia obsoleta, estes são apenas alguns dos problemas vivenciados pelos servidores públicos do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Como alternativa milagrosa o governo apresenta o Sistema Único do Trabalho (SUT). A proposta é de pulverização de atribuições e competências, para estados e municípios,

mantendo os mesmos problemas de carência de pessoas, infraestrutura etc. Sem discussão, transparência ou democracia o SUT foi concebido e quase apresentado como Projeto de Lei à Casa Civil.

Além do prejuízo aos servidores do MTE, o SUT é também uma ameaça aos direitos dos trabalhadores, de forma geral, visto que a proposta apresentada

é juridicamente inconsistente e pode aprofundar a terceirização na prestação do serviço público, dentre outras questões.

Seminário e ato

Para manifestar a total rejeição do SUT, o Fórum Permanente em Defesa do Serviço Público, do qual o SINTSEF/CE faz parte, realizou seminário, no dia 14 de agosto

e ato público no dia 15 de setembro. Nos dois momentos o grito foi o mesmo: “Diga não ao SUT”. A luta só começou, contamos com você.



PLEBISCITO CONSTITUINTE | Divulgação do resultado acontecerá em 22 de setembro

Instrumento de pressão política

A votação do Plebiscito popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político aconteceu entre os dias 10 e 8 de setembro, em todo o país. O sindicato foi um dos espaços de votação, bem como algumas delegacias e locais de trabalho. Abrimos 13 urnas e computamos cerca de 2 mil votos. A votação pela internet conseguiu mais de 1,5 milhão. Agora é esperar o resultado final que está previsto para 22 de setembro e acreditar no resultado desta pressão.

discussão teórica

AVALIAÇÃO | Jorge Luís de Oliveira*

Mato sem cachorro

O Brasil passa por um momento de turbulência e confusão político-ideológica em que se misturam alhos com bugalhos, ou seja, no qual o processo de discernimento “coletivo” sobre os fatos políticos ficou embaçado pela pura leitura midiática unilateral e tendenciosa, para não dizer uma leitura torta, míope e/ou incompleta dos fatos. O poder de influência da mídia empresarial, sobretudo seu telejornalismo privado, infelizmente ainda é forte sobre grande parte da sociedade que acredita, sem questionamentos, em tudo o que a mídia telejornalística/impressa reporta, edita, reproduz e manipula, muitas vezes, sem ouvir o outro lado sobre os fatos. Apenas cita uma nota a uma pergunta feita, via email ou telefone, do lado bombardeado, acusado, e de forma indireta.

Entretanto, os fatos falam por si só. Não. Eles não falam por si só. Porque as aparências dos fatos podem esconder verdades; e as impressões que temos

deles podem ter falhas nas captações. Pois nem tudo que aparece, é. Fatos se editam ao bel prazer do editor a mando do patrão. Eis o limite da apreensão e do entendimento humano. Dessa maneira, o sujeito pode incorrer em erros de julgamentos e condenações precipitadas, solapando o princípio da dúvida, da interrogação, do teste de confirmação, a saber, sonogando o princípio da inocência, porque a pressa de saber a verdade e fazer justiça instantânea virou costume social, impulsionado pela velocidade da tecnologia informativa; e ele pode infligir mais ainda quando desconhece o Direito, as leis, as normas jurídicas, administrativas etc. E, com efeito, sua avaliação fica pautada a partir de um conhecimento comum do “senso comum” que vê a realidade pela metade da sua verdade. A verdade virou uma banda, parte, meio (1/2). Sua totalidade é ignorada a não fazer relações das partes com o todo, porque o que

tem importância é o seu “parecer ser”, uma possibilidade de verdade (que pode não ser), nem que a mentira lhe substitua, ou a mera opinião passa ser a verdade de ocasião, a verdade de casuísmo. O real parece ser agora “interpretacional”, e não racional como queria Hegel ou material como queria Marx. E, dessa forma, muitos querem ser justiceiros sem poder ser, ou mesmo Deus, estando acima do bem e do mal.

Mas não só a mídia burguesa-empresarial usa deste artifício de impor e/ou definir suspeitas, indícios, como verdades, mas também partidos políticos, segmentos políticos apartidários fazem o mesmo com seus adversários. E, assim, ficamos presos a este jogo de quem convence melhor a sociedade da leitura dos fatos como a leitura verdadeira absoluta deles. E aí a verdade factual fica refém das interpretações, edições e reproduções de certos intelectuais, jornalistas e colunistas, a partir do

jogo de linguagem mais sedutor, hermético, bonito de se ver ou de se ouvir; às vezes de uma linguagem rasteira, verborrágica. Eis, portanto, o caos em que vive a credibilidade intelectual de alguns intelectuais e/ou jornalistas que têm lado, ideologia, fingindo-se de neutros, imparciais, quando não os são. Não existe ciência neutra, logo, nem cientistas. Ela/eles sempre estão a serviço de algo ou alguém, ou melhor dizendo, do poder econômico. Por fim, “Fatos” e “Verdades” são duas faces de moedas diferentes. Pois o que os olhos veem e o coração sente, a razão reage. Mas o que os olhos racionalizam e o coração entende, a razão age. Assim sendo, estamos no mato, procurando o cachorro que sumiu. A infidelidade canina pode ser um caminho.

*Servidor aposentado da Base Aérea, mestre em filosofia e doutor em educação brasileira
jorluzfilosofia@gmail.com

FORMAÇÃO POLÍTICA | Discutir, aprofundar e multiplicar

Cursos capacitam direção e assessoria

No início do mês de agosto, a coordenação de formação política, representada pelas diretoras Ana Parente e Onidracir do Rosário, participaram, em Curitiba, do curso “Saber um pouco

mais sobre sindicalismo”. Dentre outras questões, o curso discutiu a História da Organização Sindical e os caminhos da Gestão Sindical.

Também no sul esteve a jornalista, assessora de

comunicação, Luciana Barroso, em curso de comunicação sindical, realizado em Florianópolis.

O curso foi promovido pelo Fórum de Comunicação da Classe Trabalhadora, fundado

ano passado neste mesmo evento.

Estas participações garantem o aprofundamento de conhecimentos para serem multiplicados com nossas bases.

jurídico

ESCLARECIMENTOS | O que você precisa saber sobre a ação jurídica

Entenda a ação de Conversão de Licença-Prêmio em pecúnia

Algumas dúvidas tem surgido em relação ao ajuizamento da ação de conversão de licença-prêmio em pecúnia, seguem os esclarecimentos:

Quem pode ajuizar a ação?

Para poder ajuizar esta ação, é preciso que o servidor não tenha gozado, na sua totalidade, da licença prêmio por assiduidade quando em atividade, bem como não a tenha contado em dobro para efeito de aposentadoria.

Por exemplo: Se o servidor tinha 09 (nove) meses de licença-prêmio e só gozou parte desse período, o ajuizamento da ação é possível, desde

que respeitado o prazo prescricional.

Qual o prazo prescricional?

O prazo prescricional para o ajuizamento da ação conta-se da data da concessão da aposentadoria do servidor. Esta data refere-se à análise do Tribunal de Contas da União - TCU. Em outras palavras, se a aposentadoria já foi publicada no Diário Oficial, mas ainda não foi vista pelo TCU é possível o ajuizamento da ação.

O que isso representa em termos de período?

Os servidores que se aposentaram a menos de 05(cinco) anos podem

mover a ação sem maiores problemas, porém, os que se aposentaram a mais de 05 (cinco) anos precisam comprovar também que o processo de aposentadoria ainda não foi concluído (julgado) pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

O que é preciso além dos requisitos já falados?

É importante que o servidor tenha em mãos, senão a cópia integral do processo de aposentadoria, pelo menos o mapa de tempo de serviço comprovando que existem períodos de licença-prêmio em aberto, isto é, que não foram gozados nem computados para efeito de aposentação.

Caso o servidor não consiga obter a cópia dos documentos, poderá o mesmo requerer junto ao órgão uma Declaração Oficial informado quais os períodos de licença-prêmio foram adquiridos e quantos deles foram utilizados ou contados para efeito de aposentadoria, sendo esse documento suficiente para o ajuizamento da ação.

Os órgãos tem dificultado essa informação, de modo que o servidor deve procurar formalizar o seu pedido administrativo, até para comprovar o descumprimento ao disposto no art. 48 da Lei nº. 9.784/99.

CAPESAÚDE | Reajuste do Plano de Saúde

Justiça anula provisoriamente decisão liminar que suspendia aumento

No último dia 1º de setembro, o Tribunal de Justiça, por decisão monocrática do Desembargador Luiz Fernando Ximenes, anulou a decisão proferida pela juíza da 28ª Vara Federal, Dra. Maria de Fátima Facundo, que suspendia o aumento do valor das mensalidades do plano de saúde oferecido pela

CAPESESP. Isso significa que a justiça, ainda que provisoriamente, permitiu que as mensalidades do plano continuem sendo cobradas com aumento.

A decisão do Tribunal não entrou no mérito da discussão, mas considerou que a decisão da juíza da 28ª Vara teria concedido aos servidores mais do que havia sido requerido

na petição inicial. A petição era para que fosse declarado nulo o aumento superior ao índice de 10,17% no plano de saúde, já que este é o máximo fixado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

O entendimento do Desembargador foi de que assim fora afastada a possibilidade de

qualquer aumento das mensalidades, e sua determinação diz que a juíza, profira nova decisão acerca do pedido liminar.

A assessoria jurídica do SINTSEF/CE está acompanhando de perto o desenrolar do processo e tão logo tenhamos novas informações, publicaremos em nossos canais de comunicação.

INATIVOS DO DNER | STF garante equiparação de vencimentos

Aposentados do DNER terão vantagens concedidas aos servidores do DNIT

O Supremo Tribunal Federal (STF) garantiu aos inativos do extinto Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), equiparação de vencimentos com os servidores do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT), criado com a extinção do DNER.

A lei que extinguiu o DNER (Lei 10.233/01) criou quadros de Pessoal Específico na ANTT, na ANTAQ e no DNIT, com a finalidade de absorver servidores do Regime

Jurídico Único, dos quadros de pessoal do DNER e do Ministério dos Transportes. Dessa forma, servidores ativos do extinto DNER foram absorvidos pelo DNIT, ANTT e ANTAQ, mas os servidores inativos e pensionistas passaram a receber seus proventos de aposentadoria e pensão diretamente do Ministério dos Transportes.

Com a Lei 11.171/05 foram criadas carreiras e Plano Especial de Cargos do DNIT, passando a haver diferença entre os servidores

do extinto DNER que se aposentariam já nos quadros do DNIT e os que já eram inativos quando da extinção.

O STF reconhece agora é que todas essas vantagens auferidas pelos servidores ativos, do antigo DNER, que foram enquadrados no Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte – DNIT devem ser igualmente estendidas aos aposentados e pensionistas que ficaram outrora vinculados ao Ministério dos Transportes,

e que em consequência disso recebiam vantagens significativamente inferiores, por estarem enquadrados no Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE).

Se este é seu caso e você ainda não ajuizou essa ação deve procurar a sede do Sindicato para adotar as medidas judiciais cabíveis, sendo necessário para tanto trazer a **cópia do ato de concessão da aposentadoria, além das fichas financeiras dos últimos 05(cinco) anos.**

MÉDICOS DA FUNASA | Adicional por tempo de serviço sobre o valor da dupla jornada

SINTSEF reestabelece gratificação

Já começaram a ser expedidas as ordens de pagamento das ações propostas em favor dos Médicos da FUNASA com o objetivo de restabelecer o adicional por tempo de serviço sobre o valor

correspondente à dupla jornada de trabalho.

As ações foram propostas individualmente, portanto, não há como precisar quando cada um receberá o seu valor, mas muitos dos servidores já sentem a vitória

obtida pelo SINTSEF/CE. É o caso, do servidor Antônio Henrique da Silva que desde setembro de 2012 teve as diferenças de anuênios implantadas em seu contracheque e que agora está prestes a receber suas

diferenças através de RPV.

Em breve todos que moveram esta ação sentirão os efeitos das decisões favoráveis proferidas nas Turmas Recursais e que já baixaram, na maioria, para efeito de execução.

FACILIDADE DE ACESSO | Para processos individuais ou coletivos (com número do processo)

Como consultar seu processo jurídico

É muito fácil consultar os seus processos jurídicos individuais na internet. Basta entrar no site www.jfce.jus.br. Lá escolha busca processual e a opção do CPF. Com o número do CPF você terá acesso aos processos individuais, do jurídico virtual, do qual faça parte.

A busca é simples e está disponível logo na primeira tela do site da Justiça Federal no Ceará (imagem ao lado).

Caso o seu processo seja coletivo

também é possível consultá-lo, porém, neste caso é preciso escolher a opção número do processo e ter este número em mãos.

Qualquer dúvida entre em contato com nosso setor jurídico, que provisoriamente funciona no auditório da sede, em virtude de reforma que irá garantir melhor atendimento a todos. Lembramos que o horário é: 8h às 12h e 14h às 18h. E para saber o advogado de plantão: www.sintsefceara.org.br



base

OPINIÃO | Rufino Antônio Linhares*

Um olhar crítico para a nossa luta



Estávamos no processo de construção da greve dos Servidores Públicos deliberada pela CONDSEF para março de 2014. Mas conforme deliberação da plenária da CONDSEF realizada no dia 20/03/2014, a data para o início da greve foi adiada, dependendo da mobilização, disposição e vontade da base da categoria para iniciar a greve. Temos várias razões para a construção desta greve. Sabemos que o governo não tem vontade política de discutir concretamente a pauta de reivindicação da categoria. Apesar da construção de uma greve ser de responsabilidade de todos nós, não vimos muita vontade política das correntes majoritárias do movimento sindical impulsionarem uma campanha de fortalecimento da greve.

Foi gasto um custo elevado no último Congresso da CONDSEF. Será que a direção majoritária da CONDSEF

não pensou na greve em 2014? Temos que avaliar a política implementada na condução do movimento, sobretudo daqueles líderes que não querem ir para o enfrentamento com o governo Dilma e nem com o sistema. Precisamos discutir estas questões com a base da categoria.

É necessário que o Fórum Nacional das Entidades também faça a discussão da necessidade de uma campanha de mídia. É preciso a divulgação da pauta de reivindicações, inclusive buscando a participação massiva dos aposentados e pensionistas, enfatizando a questão da paridade, já que temos mais da metade dos servidores e servidoras com tempo para pedirem aposentadoria, mas aguardam a regulamentação da gratificação integral.

É necessário um movimento nacional de pressão de toda a categoria, particularmente daqueles companheiros (as) que já têm

tempo para se aposentarem, para pressionar o governo a reconhecer a paridade. Na regra atual para a aposentadoria, o servidor (a) tem o salário reduzido em mais de 30%, o que é um absurdo, significando na prática, redução de salário, quando chega o momento que o servidor(a) precisa usufruir da aposentadoria, depois de ter prestado um relevante serviço, no desempenho de suas funções para a sociedade.

Isso precisa ser divulgado, publicizado e denunciado para todos os trabalhadores inclusive na grande mídia. Mas, isto não está acontecendo. Esta regra atual de aposentadoria está causando desigualdade, desmotivação e muitos questionamentos dentro do Serviço Público. Precisamos construir, com urgência, alternativas para reverter esta situação.

Em diversas reuniões com o governo (Ministério do Planejamento) a questão não foi resolvida e já se protela

por muito tempo. Existem as carreiras chamadas típicas de Estado que tem subsídios (arrecadação, fiscalização, controle, dentre outras) que não tem redução de salário, quando se efetiva a aposentadoria.

Há muito tempo esperamos e cobramos dos governos, planos de carreiras, data-base, paridade, isenção da contribuição previdenciária após a aposentadoria, dentre outras. Sabemos da crise do capitalismo, que atinge também o movimento sindical, mais devemos buscar os setores combativos do movimento sindical que querem construir a luta em defesa do Serviço Público e dos servidores, para que juntos possamos ter um país com mais justiça social, mais igualdade e mais oportunidades, enfim, uma sociedade mais justa, livre e consciente.

* Filósofo e Servidor Público Federal do Ministério da Fazenda/CE
rufino1001@hotmail.com



“Morrer é apenas não ser visto. Morrer é a curva da estrada”

Fernando Pessoa

NOTA DE PESAR | Julho e Agosto

O SINTSEF/CE lamenta o falecimento dos filiados abaixo listados, dentre eles o diretor Douglas Augusto, e o mais idoso em nossos cadastros, Enoque Cardoso, com quase 101 anos. Nos solidarizamos com as famílias neste momento de despedida. Lembramos que estão listados aqueles cujos familiares trouxeram para o setor de comunicação a referência.



Cleber Peixoto de Carvalho

* 18/01/1957
+ 15/7/2014
Funasa/Crato



José Nogueira Fama

* 16/2/1940
+ 14/7/2014
Funasa/Lim. Norte



Douglas Augusto Pinto Jr

* 14/2/1955
+ 19/7/2014
Dnocs/Fort.



Enoque Cardoso de Oliveira

* 27/11/1913
+ 18/8/2014
Funasa/Crato



José Pereira de Moraes

* 3/2/1949
+ 14/9/2014
Funasa Pacajus

JOSÉ IDIO BALBINO
Aposentado Funasa (R. Norte)
* 18/05/1940 + 2/7/2014

ANTÔNIO RIBEIRO DO NASCIMENTO
Aposentado Ministério dos Transportes/DNIT. (R. Norte)
* 29/01/1932 + 19/08/2014

aconteceu

APOSENTADOS E PENSIONISTAS | Para construir estratégias de luta

Encontro discute conjuntura do setor



No último dia 22 de agosto, o SINTSEF/CE realizou o II Encontro Estadual de Aposentados e Pensionistas. O evento ocorreu em Fortaleza e teve 160 participantes, entre base, palestrantes e direção.

Em mesa mediada pelo coordenador de aposentados e pensionistas Carlos Eugênio, o procurador da fazenda Giuliano Campos, e o filósofo Jorge Luis Oliveira debateram a necessidade da participação dos aposentados na luta.

Giuliano Campos, fez uma explanação sobre os projetos de leis, direitos constituintes

e reivindicações dos servidores aposentados.

Segundo ele, duas lutas são imprescindíveis: o fim da contribuição previdenciária e a busca pela garantia da paridade.

Jorge Luis confrontou a realidade dos aposentados, em números*, com a lógica do sistema capitalista. Iniciou o debate com a pergunta: *“Como realizar direitos de aposentados e pensionistas quando o estado está refém do mercado financeiro, que compromete 42% do orçamento com a dívida pública?”*

Encaminhamentos

No período da tarde, uma mesa formada por dois coordenadores de aposentados, José Atailde e Francisco Duarte, pelos dois coordenadores gerais do sindicato, Luciano Filgueiras e Luis Carlos Macêdo e pelo representante do Departamento de Aposentados e Pensionistas da Condsef (DENAP), Francisco Marçal, organizou os encaminhamentos do encontro, dos quais destacamos:

- Organização de um ato em defesa da paridade;

- Realização de manifestação em Brasília quando houver o Encontro Nacional de Aposentados (Condsef);
- Estabelecimento de ação jurídica, pelo SINTSEF e Condsef, contra empresas consignatárias e governo, em relação a descontos indevidos no contracheque;
- Criação de um programa - no sindicato - para orientar e preparar o servidor para a aposentadoria.

* Texto disponível em: Comunicação - publicações no site www.sintsefceara.org.br



TRADICIONAL VERSUS ALTERNATIVA | Comunicação e novas tecnologias

Oficina destaca que há muito a discutir

Nos dias 25 e 26 de julho, o SINTSEF/CE realizou o projeto piloto da I oficina de comunicação. O encontro discutiu internet, novas tecnologias, mídia tradicional, poder, hegemonia e alternativas de confronto.

Os jornalistas Demétrio Andrade e Luciana Barroso conduziram o debate sobre jornalismo, redes sociais e afins.



Raimundo Jr. e Hibiss Ribeiro, filiados da entidade e experientes em audiovisual, discutiram internet, fotografia e similares.

O público, formado por direção colegiada, conselho fiscal, coordenadores de delegacias (geral e comunicação) e coordenação do conselho de delegados, foi bastante participativo e demonstrou que o projeto deu certo, assim, em breve, iniciaremos as oficinas nas delegacias sindicais.